



## CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL

### Ata da 136ª reunião, realizada em 2 de dezembro de 2019

1 Em 2 de dezembro de 2019, reuniu-se extraordinariamente a Câmara  
2 Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental  
3 (COPAM), no auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os  
5 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente suplente Anderson  
6 Silva de Aguiar, representante da SEMAD. Representantes do poder  
7 público: Carla Raquel Fonseca Corrêa, da Secretaria de Estado de  
8 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Verônica Ildfonso Cunha  
9 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Mariana de Resende  
10 Franco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Felipe  
11 Dutra de Resende, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade  
12 (Seinfra); Cristiano Ferreira de Oliveira, da Polícia Militar de Minas Gerais  
13 (PMMG); Francisco Chaves Generoso, do Ministério Público do Estado de  
14 Minas Gerais (MPMG); João Batista Barbosa Júnior, da Comissão de Meio  
15 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do  
16 Estado de Minas Gerais (ALMG); Flávio Túlio de Matos Cerqueira Gomes, do  
17 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
18 (Ibama); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios  
19 (AMM). Representantes da sociedade civil: Carlos Alberto Santos Oliveira, da  
20 Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg); Thiago  
21 Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas  
22 Gerais (Fiemg); Leandro Soares Moreira, da Federação dos Trabalhadores  
23 na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos de Melo,  
24 do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da  
25 Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Paulo José de  
26 Oliveira, da Associação Pro Pouso Alegre (APPA); Guilherme Vilela de  
27 Paula, da Organização Ponto Terra; Marcelo Ribeiro Pereira, da  
28 Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Campus de Rio Paranaíba; Cláudio  
29 Jorge Cançado, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas  
30 Gerais (Crea/MG); Virgínia Campos de Oliveira, da Sociedade Mineiro de  
31 Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta.** **1) HINO NACIONAL**  
32 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O  
33 presidente suplente Anderson Silva de Aguiar declarou aberta a 136ª  
34 reunião da Câmara Normativa e Recursal. **3) COMUNICADOS DOS**  
35 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Anderson Silva de  
36 Aguiar: “Eu tenho dois itens de assuntos gerais que gostaria de colocar para  
37 os senhores. Um deles é um pen drive, que será distribuído aqui para os

38 conselheiros, oferecido pelo programa Promata, que traz um conteúdo de  
39 documentos relativos à execução do programa. Nós temos também, como  
40 segundo item a ser destacado, um vídeo institucional do secretário de Estado  
41 Dr. Germano Luiz Gomes Vieira, que eu gostaria de passar aos senhores,  
42 sobre o sistema SLA. Foi publicada uma resolução que coloca a sua vigência  
43 a partir do dia 5 de novembro deste ano. Trata-se de um sistema que coloca  
44 os processos de licenciamento 100% digitais. Então esse sistema acaba com  
45 a tramitação em meio físico, em papel, a partir dessa data. É um sistema  
46 referente aos processos novos, ou seja, somente aqueles processos que  
47 deram entrada a partir do dia 5 conseguem fazer uso desse sistema. É uma  
48 ferramenta de extrema utilidade para toda a sociedade, não somente do  
49 ponto de vista da tramitação dos processos administrativos de licenciamento  
50 ambiental, como também para aqueles que são requerentes fazerem seus  
51 acompanhamentos, para quem é consultor fazer o acompanhamento junto  
52 aos empreendimentos, mas também aos órgãos de controle, como o  
53 Ministério Público e o Tribunal de Contas, e ao próprio Conselho e também à  
54 sociedade, que podem fazer o acompanhamento online da disponibilidade de  
55 consulta pelo usuário.” Em seguida, foi feita exibição de vídeo institucional da  
56 SEMAD sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental. **4) EXAME DA ATA  
57 DA 135ª REUNIÃO DA CNR.** Aprovada por unanimidade a ata da 135ª  
58 reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada em 23 de outubro de  
59 2019, com a seguinte alteração: – Na linha 322, onde está escrito “Sistema”,  
60 leia-se “Sisema”. Votos favoráveis: Faemg, Ministério Público, Segov,  
61 Sedese, PMMG, Ibram, Fiemg, CMI, Crea, APPA, UFV, Fetaemg e  
62 Assembleia Legislativa. Abstenções: SME, Seapa, Seinfra e AMM.  
63 Ausências: Ponto Terra, Ibama e Sede. **5) ATUALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE  
64 RECUPERAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE COM O LANÇAMENTO DO  
65 CADERNO DE 4 ANOS. Apresentação: Fundação Estadual do Meio  
66 Ambiente (FEAM).** Patrícia Rocha Maciel Fernandes, da FEAM, fez  
67 apresentação à Câmara da atualização das ações de recuperação da bacia  
68 do rio Doce com o lançamento do caderno de quatro anos, desde o  
69 rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, com o acompanhamento  
70 realizado pelo Estado de Minas Gerais, em especial, dos programas  
71 socioambientais desenvolvidos pela Fundação Renova. Manifestações.  
72 Conselheiro João Batista Barbosa Júnior: “Ao ouvir esse relato, eu quero me  
73 associar a você e dizer parabéns pelo resgate de tudo isso. Mas há algumas  
74 coisas que precisam ficar muito claras para nós. Eu ouvi atentamente o que  
75 a colega falou, vi o profissionalismo com que ela resgatou todos esses  
76 dados, mas é preciso que se tenha presente e muito claramente presente,  
77 senhor presidente, o caráter teratológico que foi não só para Minas Gerais,  
78 como para o Espírito Santo e o Brasil, e podemos dizer para o mundo inteiro.  
79 O caráter teratológico, absurdo, que tiveram esses dois eventos, que  
80 maculam indelevelmente a nossa imagem junto às agências internacionais,

81 os países, de maneira geral. Eu vi que a expositora usou, até  
82 inconscientemente, a palavra ‘tragédia’, e eu tenho percebido, senhor  
83 presidente, que essa palavra ‘tragédia’ tem sido recorrentemente utilizada  
84 para se referir tanto a Brumadinho quanto a Fundão. Eu queria fazer um  
85 breve registro aqui, não é nenhum preciosismo semântico, mas ali não se  
86 pode dizer que houve ‘tragédia’. A rigor, semanticamente, ‘tragédia’ quer  
87 dizer, em um resgate mais técnico, aquilo que é inexorável, aquilo que  
88 necessariamente tem que acontecer. E não foi o que nós temos tanto em  
89 Fundão quanto em Brumadinho quanto em ‘ene’ casos envolvendo  
90 rompimento de barragem. O que houve foram falhas humanas, o que hoje foi  
91 descuido, o que houve foi desleixo, tanto da parte do Estado quanto da parte  
92 dessa empresa, a Vale. E esse registro tem que ficar muito claro, senhor  
93 presidente. E o nível, o alcance, a maneira pluridimensional como os direitos  
94 humanos foram violados é algo que deve ficar para nós de madeira indelével  
95 e servir como alerta. Porque o que nos estranha e até hoje nos deixa  
96 perplexos é o curtíssimo período em que se tem Fundão e Brumadinho. E ao  
97 sentir da opinião pública, senhor presidente, ainda não está plenamente  
98 segura essa opinião pública de a que momento mais poderemos enfrentar  
99 algo semelhante a isso. Então para nós, para a importância que tem o  
100 Conselho, a grande reflexão é essa. Dizia o brigadeiro Eduardo Gomes que  
101 o preço que se paga em relação à democracia é a eterna vigilância. E eu  
102 tenho para mim que o preço que se paga quando se trata de violação de  
103 direitos humanos praticados por essa empresa poderosíssima que é a Vale é  
104 a eterna vigilância, a eterna fiscalização, a mobilização constante. Porque  
105 não custa dizer, há coisas que têm preço, e a Vale acha que pode pagar um  
106 preço até precificando vida humana. Outra coisa que tem valor. Meio  
107 ambiente não tem preço, tem valor. Vida humana não tem preço, tem valor.  
108 A dignidade de tantas pessoas que faleceram, que morreram, que perderam  
109 suas vidas e dos familiares, tudo isso não tem preço, tem valor. Eu sei que  
110 isso é uma luta gigantesca, e há que se assinalar aqui essa instituição na  
111 qual depositamos toda a confiança, que é o Ministério Público, lutando contra  
112 o poder econômico da Vale. E a Vale vai usar e já está usando o seu ‘jus  
113 sperniandi’ para fugir à responsabilidade que lhe cabe. Então eu quero  
114 conclamar, Dr. Francisco, na pessoa do senhor, a sua instituição, que tenha  
115 força, empenho, determinação para que cumpra aquilo que a Constituição  
116 espera e o que nós esperamos em relação ao Ministério Público: enfrentar  
117 essa empresa, enfrentar a Vale. E não estou dizendo aqui que somos contra  
118 o investimento, contra a mineração. Nada disso. Nós somos contra os  
119 desmandos que estão aí. Senhor presidente, para encerrar, que esse  
120 resgate, que essa exposição traga para nós bem viva essa memória e a  
121 necessidade imperativa de uma vigilância constante. Onde quer que haja  
122 poder, seja político, seja econômico, ele há de ser vigiado em todos os  
123 sentidos.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu queria só contribuir com

124 uma questão aqui de dúvida e de apelo, enquanto cidadão, enquanto  
125 representante, inclusive, de ONG, como conselheiro. Porque nós vemos  
126 realmente um trabalho muito extenso sendo feito, muito grande, mas, quando  
127 você vê, principalmente na imprensa, mobilização de comunidade porque  
128 não foram atendidas ainda em nada, isso choca e dói. Então eu acho que  
129 essa parafernália toda que está se fazendo, se não está atendendo ao  
130 cidadão, de nada está valendo. É lógico que o meio ambiente é premente,  
131 nós precisamos olhar a questão das biotas, da vida, do entorno de onde foi  
132 atingido, mas eu acho que o primordial hoje é atender o cidadão que foi  
133 afetado, as famílias. E não estamos vendo isso, nós estamos percebendo  
134 que isso não está acontecendo. Então estão aparecendo cifras e mais cifras  
135 do que já se gastou, e o cidadão não está sendo atendido. Então de nada  
136 está valendo. É lógico que o ambiente tem que ser socorrido, tem que ser  
137 corrigido, mas, primeiro, o cidadão, primeiro, a pessoa humana. Então o meu  
138 apelo aqui no sentido de união de forças e de cobrança é que se olhe a  
139 situação do cidadão e se resolva. E me assusta quando eu vejo falar essa  
140 cifra que já está em caixa para os municípios usarem, e não usam porque  
141 não tem projeto. Puxa vida, será que uma força-tarefa dessa não tem  
142 capacidade de apresentar e montar um projeto para oferecer às vítimas, aos  
143 municípios, às comunidades? Eu acho que tem que fazer o que é prioridade.  
144 O que é prioridade? Se falta projeto, dá prioridade ao projeto. Muito mais  
145 porque tem dinheiro em caixa. E tem que ter mesmo. A Vale tem que  
146 assumir a responsabilidade pelos seus crimes. Eu acho que não é desastre,  
147 é um crime. Pelo que já comprovamos e já vimos. Então o meu apelo  
148 enquanto conselheiro aqui, se é que o que eu falo aqui possa ter peso, é que  
149 essa força-tarefa comece a trabalhar em prol do cidadão que está lá  
150 sofrendo. 'A Justiça é lenta, o processo é lento', então que a força-tarefa atue  
151 nos processos, veja o que está se precisando, o que está faltando, se tem  
152 que colher documento in loco, porque às vezes o cidadão está de pé e mão  
153 atados porque às vezes não tem condição de correr atrás e às vezes não  
154 tem nem conhecimento. Então eu acho que a força-tarefa, inclusive por parte  
155 do Estado, é resolver isso. Eu acho que essa questão quando se fala  
156 'Renova' dói em nós, porque é uma forma de a Vale se esquivar da  
157 responsabilidade. Toda vez que se fala 'Renova' dói na gente. É uma forma  
158 de ela se esquivar da responsabilidade. E quando se fala que a Renova até  
159 hoje não indenizou nenhuma família ainda, isso é catastrófico. Então eu acho  
160 que na parte do Estado que pode ser feita, para a qual estamos aqui para  
161 fortalecer, reforçar e cobrar, que se olhe primeiro o cidadão, a vida, a vida  
162 humana. Aí depois nós vamos resolver o meio ambiente, que é coletivo, que  
163 é social, tem que ser recuperado, mudado, melhorado. Mas eu acho que a  
164 força-tarefa, a sua principal preocupação é resolver para quem está lá  
165 gritando por socorro, que não está sendo resolvido o problema dele. Então é  
166 isso que eu acho que nós tínhamos que estar fazendo aqui. Fica o meu

167 apelo então nesse sentido.” Conselheiro Guilherme Vilela de Paula: “Paulo,  
168 eu gostaria até de dizer a você, essas questões ambientais, você pode  
169 verificar pelo caderno apresentado. Nenhuma associação dos representantes  
170 da sociedade civil está participando dessas discussões. Há um avanço  
171 ambiental indiscutível. O governo tem equipado as discussões tecnicamente  
172 em relação ao meio ambiente. Os prefeitos estão se unindo em relação a  
173 essas demandas. Onde estão os representantes da Sociedade Civil? Então,  
174 como representante da Ponto Terra, acredito que as associações de  
175 representantes deveriam participar das discussões técnicas também, porque,  
176 em quatro anos, muito foi feito em relação às operações de recuperação  
177 ambiental, mas pouco feito, a nosso entender, às populações que sofreram  
178 com esses dois acidentes. Então eu manifesto a minha irresignação com à  
179 ausência da representação da sociedade. Eu estava conversando com o  
180 Cláudio, do Crea-MG, e nem o Crea está presente dentro dessas  
181 discussões. E eu acho que poderia haver um viés muito relevante em relação  
182 aos interesses da sociedade nessas discussões técnicas e um melhor  
183 direcionamento dos recursos da Renova e da Vale se tivesse um viés dessas  
184 associações. Então fica o meu registro, a nossa resignação pelo trabalho  
185 unilateral de uma parte dos órgãos públicos, mas que deixa a desejar em  
186 relação a uma visão holística dos interesses dos representantes dessa  
187 sociedade que está sofrendo com esses acidentes.” Presidente Anderson  
188 Silva de Aguiar: “Só para avisar, o Comitê Interfederativo não é presidido  
189 pelo Estado de Minas Gerais, mas pela União.” Patrícia Rocha Maciel  
190 Fernandes/FEAM: “Até na fala do secretário Germano, nós pontuamos muito  
191 a participação social e sempre o nosso olhar para que tudo o que fazemos,  
192 por mais que estejamos pensando no meio ambiente, sabemos que tem que  
193 ter sempre o reflexo nas comunidades. O caderno traz informações das  
194 Câmaras Técnicas com eixo ambiental. Nós sabemos que nas câmaras  
195 econômicas e sociais os desafios são muito maiores, os atrasos, as  
196 divergências também. E estão sendo solucionados. Mas, do ponto de vista  
197 do órgão ambiental, qualquer decisão que hoje é tomada, os atingidos são  
198 sempre ouvidos. Na sexta passada, por exemplo, nós fizemos uma grande  
199 reunião em Governador Valadares, todos os prefeitos da região, de 34  
200 municípios, foram convidados para participar, com seus secretários de Meio  
201 Ambiente, todas as comissões de atingidos também foram convidadas, que  
202 já existem lá naquela região, para que pudéssemos apresentar as propostas  
203 da Fundação Renova sobre o manejo de rejeitos na região e ouvir o que a  
204 Renova muitas vezes não nos traz. Então informações, por exemplo, de  
205 problemas que eles tiveram com rejeito. Eles tiveram um momento de fala e  
206 de serem ouvidos para que possamos internalizar, nas nossas ações, ações  
207 de melhoria para a população. Nós já fizemos isso na região de Barra Longa,  
208 fizemos uma série de reuniões com a comunidade para ouvir os problemas  
209 que eles tiveram com a deposição de rejeito, com a passagem da lama no

210 município, e assim estamos fazendo ao longo de toda a Bacia. Ir ao território  
211 e ouvir no território, o que é muito diferente também trazer o atingido para ser  
212 ouvido em BH ou em Brasília. Nós precisamos ouvir as pessoas nos locais  
213 em que elas moram para realmente entendermos o que está acontecendo.  
214 Então está sendo uma dinâmica adotada pelo Sisema para conseguirmos  
215 resolver da melhor maneira.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Patrícia,  
216 só em relação ao que eu disse, pelo que você colocou, eu gostaria de  
217 questionar o seguinte. O que esse Comitê faz para viabilizar e facilitar o  
218 acesso das comunidades às instâncias em que está sendo discutido, seja in  
219 loco ou seja aqui na capital, seja em outro local? Porque nós sabemos que a  
220 extensão do crime foi muito grande. Faz uma reunião aqui para resolver, mas  
221 o pessoal do Espírito Santo não vai estar. Faz lá, e o pessoal daqui não está  
222 lá. A comunidade já está desassistida, desalojada, sem emprego. Como ela  
223 vai ter acesso a essas discussões? Eu não vou dizer dos prefeitos, os  
224 prefeitos têm a sua condição. E nem sempre o prefeito fala aquilo que a  
225 comunidade quer. Então eu acho que o principal é ouvir a comunidade. O  
226 que está sendo favorecido para eles nesse sentido? E nos processos que  
227 estão tramitando para socorrer as vítimas, as famílias das vítimas, o que o  
228 Estado tem feito para agilizar isso em prol do cidadão? Porque o que  
229 estamos percebendo, o que vemos e escutamos não só na mídia... Inclusive,  
230 eu estou participando do trabalho de um escritório em Londres que está  
231 defendendo algumas vítimas. O que tem sido feito para agilizar isso? O que  
232 está sendo feito nesse trabalho todo que o Comitê faz? Porque quando você  
233 vê esse período que já passou das tragédias até hoje e quando você escuta  
234 que a família não recebeu nada ainda, isso é outra catástrofe.” Patrícia  
235 Rocha Maciel Fernandes/FEAM: “Em relação à participação dos atingidos, é  
236 prevista no termo de ajustamento de conduta a contratação de 20  
237 assessorias técnicas. Então os atingidos precisam se organizar em  
238 comissões de atingidos, que vão estar respaldadas na contratação dessas  
239 assessorias, para que os próprios atingidos possam fazer análise dos  
240 estudos e discutir de igual para igual, seja com os órgãos públicos, seja com  
241 a Fundação Renova. Então esse processo de seleção e contratação está  
242 sendo conduzido pelo Ministério Público, as comissões já estão formadas, e  
243 devemos ter, até fevereiro ou março, todas as assessorias técnicas  
244 contratadas. E é previsto o custeio de qualquer tipo de gasto para o atingido  
245 participar de reuniões das Câmaras Técnicas, de reuniões do próprio CIF, de  
246 vistorias em campo. Existe um recurso também garantido, por exemplo, para  
247 que as assessorias técnicas façam suas próprias análises, para gerar  
248 contraprovas do que a Renova está gerando de informação. Então por meio  
249 da assessoria técnica e desse custeio os atingidos vão estar representados.  
250 E eles vão ter cadeira no CIF. Existem duas cadeiras, ainda a terem os  
251 nomes indicados pelos atingidos, para que eles possam ter o poder de voto.  
252 Igual hoje o Estado de Minas Gerais tem, o Espírito Santo, o poder federal e

253 outras instituições de governo, os atingidos também vão ter assento para  
254 poder votar e levar pleitos de interesse deles. Em relação a essa parte mais  
255 de indenizações, isso não é um assunto de competência do Sisema. Existe  
256 uma Câmara Técnica que foi criada especificamente para acompanhar, que  
257 é coordenada pela Defensoria Pública, com apoio dos Ministérios Públicos  
258 Federal e Estadual, a Secretaria da parte social do Estado participa disso, e  
259 nós podemos trazer mais informações, se for de interesse dos senhores.  
260 Mas não é um assunto que vem sendo acompanhado pelo Sisema, até por  
261 causa das nossas competências.” Conselheiro Flávio Túlio de Matos  
262 Cerqueira: “Eu queria fazer uma pergunta, também estendida ao presidente  
263 Anderson, a respeito desta fase em que estamos na perspectiva de a  
264 Samarco retomar as atividades na mina. Como a FEAM ou a SEMAD, de  
265 maneira geral, pretendem acompanhar esse licenciamento ambiental pós-  
266 desastre e como isso vai se relacionar com os trabalhos de  
267 acompanhamento do desastre de 2015 e em relação à retomada da  
268 operação das atividades minerárias da Samarco?” Presidente Anderson Silva  
269 de Aguiar: “Eu falar, primeiramente, pela SEMAD, falando mais do  
270 licenciamento ambiental. Há uma parte que se trata do processo minerário,  
271 de retomada das atividades. Esse é um processo de licenciamento, que tem  
272 a participação do Estado, tal como teve a participação também do Ibama e  
273 também do ICMBio, naquilo que é de competência de cada órgão. E segue o  
274 mesmo trâmite de uma licença ambiental, tem as suas condicionantes e o  
275 seu acompanhamento. O destaque que se tem que fazer para esse processo  
276 de licenciamento de agora daquele outro que a Samarco tinha anteriormente  
277 é a estrutura que o Estado tem de acompanhar e que não tinha  
278 anteriormente. Nós temos uma estrutura hoje muito mais equiparada,  
279 institucionalmente colocada e bem distribuída, capaz de fazer esse  
280 acompanhamento daquilo que é referente às condicionantes. Após isso,  
281 realmente, entram as questões do programa, e eu volto para a Patrícia, para  
282 ela falar da parte relativa ao restante dos impactos.” Patrícia Rocha Maciel  
283 Fernandes/FEAM: “O processo de recuperação ambiental vai continuar como  
284 já está sendo executado. Não é a Samarco que executa as ações de  
285 recuperação. Como eu disse, a Fundação Renova foi criada para tal  
286 finalidade, e nenhuma ação ou decisão são tomadas unilateralmente. Então,  
287 quando eu digo que tem o CIF e as Câmaras Técnicas, todas as ações são  
288 tomadas por um grupo de pessoas que representam Minas Gerais, Espírito  
289 Santo e os órgãos do poder federal. A Fundação Renova executa 42  
290 programas, que possuem metas, indicadores e prazos bem definidos. Existe  
291 um acordo judicial firmado, então a Renova tem que executar o que já está  
292 previsto, conforme o direcionamento das Câmaras. Então eu não estou  
293 trazendo informações só do Estado, só do Sisema, nós vamos continuar  
294 exercendo nosso papel de fiscalização da Fundação Renova independente  
295 da licença ambiental que foi concedida para a Samarco.” Conselheiro Flávio

296 Túlio de Matos Cerqueira: “Então a Renova não vai estar envolvida em nada  
297 relacionado ao novo licenciamento a partir da retomada das atividades na  
298 mina? Ou vai ter algum ponto de interface entre as duas coisas?” Patrícia  
299 Rocha Maciel Fernandes/FEAM: “Dentro do complexo de Germano, onde foi  
300 concedida a licença, antes da concessão da licença, nós tínhamos algumas  
301 ações de manejo de rejeitos. Por exemplo, foi solicitado para a Fundação  
302 Renova a elaboração de dois planos de recuperação ambiental de algumas  
303 áreas que foram impactadas pela passagem da lama, só que a  
304 responsabilidade da recuperação, para esse complexo, é da Samarco.  
305 Porque existe uma licença que estava suspensa, hoje foi concedida com  
306 base nas condicionantes. E no caso do complexo de Germano a Renova  
307 atua quase como se fosse uma contratada da Samarco. Dentro do complexo.  
308 No resto da Bacia, independente do local, a Fundação Renova é  
309 independente para executar suas ações de recuperação ambiental.”  
310 Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Só complementando que também foi  
311 aprovada na CMI, quando da licença ambiental, uma Avaliação Ambiental  
312 Estratégica a partir da atividade da Samarco que engloba um raio, e todas as  
313 atividades vão ser ali avaliadas em relação aos seus impactos sinérgicos.  
314 Então é um outro instrumento de avaliação, que conterà também medidas  
315 estratégicas a serem adotadas.” Conselheira Verônica Ildfonso Cunha  
316 Coutinho: “É importante também mencionar que a barragem de Germano e a  
317 cava de Germano não foram objetos da licença concedida, que essas  
318 estruturas estão a cargo da Fundação Renova. O que foi votado agora acho  
319 que foi a partir do dique S4. Então são portanto áreas diferentes para as  
320 quais o licenciamento está autorizando a retomada das atividades da  
321 Samarco.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Quer o nome que queira se  
322 dar, ‘acidente’, ‘crime’ e tudo o mais, isso ocorreu. O grande mérito que está  
323 se levantando hoje em dia é exatamente tudo que os governos estaduais,  
324 municipais e federal vêm fazendo em termos de planejamento, de evolução e  
325 de diagramação específica do que tem que ser feito, como tem que ser feito  
326 e todo o modus operandi desse procedimento. Como já foi falado aqui pela  
327 própria representante da FEAM, que vem apresentando todo esse programa,  
328 como o próprio secretário comentou, como já foi comentado pelas outras  
329 Secretarias também, assim como pelo Ibama, há uma preocupação, há uma  
330 série de comissões, uma série de entidades que estão participando, não só  
331 sobre os aspectos de meio ambiente, os aspectos sociais, os aspectos de  
332 saúde, os aspectos socioeconômicos, ou seja, todos aqueles aspectos e  
333 impactos que foram, de uma forma ou outra, envolvidos nesse acidente ou  
334 outro nome que quer que se dê a tudo isso. Só que essa evolução vem  
335 sendo acompanhada. São processos de agregação de conhecimento, são  
336 processos com participação efetiva de todos os órgãos envolvidos, desde a  
337 Defesa Civil, que em determinado momento assumiu todo o acervo de  
338 conhecimento de todas as avaliações, assim como todas as Secretarias e



339 todo o governo envolvido no procedimento, não só do Espírito Santo, como  
340 de Minas Gerais, assim como os governos municipais e o governo federal e  
341 todos os entes agregados a tudo isso. Eu queria ressaltar que o esforço está  
342 sendo grande de todos nós e toda a efetividade disso, de todo o  
343 procedimento ambiental que vem sendo tomado. E há a questões  
344 socioeconômicas que têm que ser avaliadas, e as questões socioeconômicas  
345 também vêm agregando a todo esse processo. Eu só queria argumentar o  
346 seguinte. A coisa está sendo feita. Talvez esteja sendo feita não de uma  
347 forma que atenda todo mundo porque talvez falte informação. Eu sugeriria  
348 que se entendesse um pouco mais junto às entidades que estão participando  
349 de todo o procedimento das questões do rio Doce, assim como das questões  
350 de Brumadinho, que se participasse um pouco mais do que está sendo feito,  
351 para depois fazer alguns comentários, e, conseqüentemente, vão ser  
352 comentários produtivos. Mas eu acho que é necessário se entender isso e  
353 participar um pouco mais. Era isso que eu queria trazer, só comentando que  
354 a coisa vem sendo feita, só que talvez não da forma que alguém queira ou  
355 talvez aproveitando de toda a situação para exacerbar alguma coisa a mais  
356 com o intuito de relevância daquilo que nem sabe o que é que vem. Eu acho  
357 que é necessário ter um procedimento mais harmônico, um procedimento  
358 mais equânime em tudo isso que vem sendo feito e saber por que está se  
359 acompanhando o pari passu de tudo isso. Eu agradeceria a apresentação  
360 que a Patrícia fez, eu acho que é extremamente profícuo esse modo de  
361 apresentar. E conseqüentemente seria interessante talvez trazer outras  
362 entidades que estão no mesmo processo para mostrar o que está sendo feito  
363 nesses dois anos. Parabéns, Patrícia, pelo processo.” **6) MINUTA DE**  
364 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM QUE REGULAMENTA O**  
365 **DISPOSTO NA ALÍNEA “M” DO INCISO III DO ARTIGO 3º DA LEI Nº**  
366 **20.922, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013, PARA ESTABELECEMOS DEMAIS**  
367 **ATIVIDADES EVENTUAIS OU DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL PARA**  
368 **FINS DE INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E**  
369 **DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Apresentação: SEMAD.** Minuta de  
370 deliberação normativa aprovada por unanimidade nos termos da proposta  
371 apresentada pela SEMAD, com as seguintes alterações: – Nova redação  
372 para o inciso III do Artigo 1º: “III – poços manuais ou tubulares para  
373 captação de água subterrânea, com laje sanitária de até 4m<sup>2</sup> (quatro metros  
374 quadrados), desde que obtida a autorização para perfuração, quando couber,  
375 e que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa, inclusive para  
376 abertura de estradas de acesso;” – Nova redação para o inciso IV do Artigo  
377 1º: “IV – dispositivo de até 6m<sup>2</sup> (seis metros quadrados), em área de  
378 preservação permanente de nascentes degradadas, para proteção,  
379 recuperação das funções ecossistêmicas, captação de água para  
380 atendimento de atividades agrossilvipastoris e das necessidades das  
381 unidades familiares rurais;” Votos favoráveis: Faemg, Seapa, Seinfra, Segov,

382 Sedese, PMMG, Ibram, Fiemg, CMI, Ponto Terra, Crea, APPA, AMM, Ibama,  
383 UFV, SME, Fetaemg e Assembleia Legislativa. Abstenção: Ministério  
384 Público. Ausência: Sede. Rejeitada proposta de alteração do inciso IX do  
385 Artigo 1º. A Câmara aprovou por maioria a redação original da proposta da  
386 SEMAD para o inciso IX do Artigo 1º: IX – edificações em lotes urbanos  
387 aprovados até 22 de julho de 2008, devidamente registrados no Cartório de  
388 Registros de Imóveis, desde que situados às margens de vias públicas  
389 dotadas de pavimentação, iluminação pública, solução para esgotamento  
390 sanitário, sistema de abastecimento de água e drenagem pluvial;” Votos  
391 favoráveis: Assembleia Legislativa, Fetaemg, UFV, Ponto Terra, Crea, APPA,  
392 AMM, Ibama, Seapa, Segov, Sedese e PMMG. Votos contrários: Faemg,  
393 Ibram, Fiemg, CMI e SME. Abstenções: Ministério Público e Seinfra.  
394 Ausência: Sede. Justificativas de votos contrários. Os votos contrários foram  
395 justificados em virtude da proposta alternativa apresentada pelo conselheiro  
396 Adriano Nascimento Manetta, representante da Câmara do Mercado  
397 Imobiliário, e rejeitada por maioria, para inclusão da expressão “caso  
398 exigível” após o texto “edificações em lotes urbanos aprovados até 22 de  
399 julho de 2008,”. Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Como no caso  
400 aqui existem situações em que, legitimamente, a aprovação não era exigível,  
401 eu estou pensando no seguinte: ‘aprovados, caso exigível’. E segue o texto...  
402 A explicação é sempre importante para que não haja confusões impróprias.  
403 Apesar de que eu entendo que, mesmo sem a explicação, onde a aprovação  
404 não é exigível, não é exigível. Mas nós sabemos que é difícil essa  
405 demonstração.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Voto contrário  
406 conforme a discussão levantada pela CMI, através do conselheiro Manetta.”  
407 Conselheiro João Carlos de Melo: “Da mesma forma, de acordo com a  
408 apresentação do Manetta.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Voto  
409 contrário em razão das justificativas colocadas pelo conselheiro Adriano  
410 Manetta.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Voto contrário pelas  
411 razões já apresentadas, mormente nesse caso, por entender que é  
412 indispensável esclarecer que a aprovação só é requisito exigível se ela era,  
413 de fato, exigível à época em que o imóvel foi construído ou constituído no  
414 cartório.” Conselheira Virgínia Campos de Oliveira: “Voto contrário pelas  
415 razões expostas pelo conselheiro Adriano Manetta e por entender que a  
416 inserção feita por ele melhoraria a redação do texto.” **7) PROCESSOS**  
417 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO DE AUTOS DE**  
418 **INFRAÇÃO. 7.1) AVG Mineração S/A. (MMX Sudeste Mineração S/A).**  
419 **Lavra a céu aberto com tratamento a úmido. Minério de ferro.**  
420 **Igarapé/MG. PA 00049/1984/044/2018, AI 66.579/2010. Apresentação:**  
421 **Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Recurso indeferido por maioria nos  
422 termos do parecer jurídico da FEAM. Votos favoráveis: PMMG, Sedese,  
423 Segov, Seapa, Ibama, AMM, APPA, Crea, Ponto Terra, UFV e Assembleia  
424 Legislativa. Votos contrários: SME, Ibram, Fiemg, CMI, Faemg e Seinfra.

425 Ausências: Sede, Ministério Público e Fetaemg. Justificativas de votos  
 426 contrários. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Voto contrário em  
 427 razão de os dois processos (itens 7.1 e 7.2) estarem prescritos e em razão  
 428 da utilização da taxa Selic como correção, quando deveria ter sido usada a  
 429 tabela da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.”  
 430 Conselheiro João Carlos de Melo: “Nós temos exatamente a mesma opinião  
 431 do representante da Fiemg: prescrição intercorrente.” Conselheiro Adriano  
 432 Nascimento Manetta: “Voto contrato pelas mesmas razões, por entender  
 433 aplicável a prescrição intercorrente aos dois processos e em razão da forma  
 434 de cálculo da correção.” Conselheira Virgínia Campos de Oliveira: “Voto  
 435 contrário pelas razões expostas pelo conselheiro da Fiemg e por entender  
 436 que a prescrição intercorrente deve ser aplicada.” Conselheiro Carlos Alberto  
 437 Santos Oliveira: “Voto contrário por entender a aplicação da prescrição  
 438 intercorrente e a forma de correção inadequada.” Conselheiro Felipe Dutra  
 439 de Resende: “Pelos mesmos motivos apresentados.” **7.2) Mineração**  
 440 **Curimbaba Ltda. Beneficiamento de bauxita. Poços de Caldas/MG. PA**  
 441 **09406/2004/002/2014, AI 71.292/2014. Apresentação: Núcleo de Auto de**  
 442 **Infração da FEAM.** Recurso indeferido por maioria nos termos do parecer  
 443 jurídico da FEAM. Votos favoráveis: PMMG, Sedese, Segov, Seapa, Ibama,  
 444 AMM, APPA, Crea, Ponto Terra, UFV e Assembleia Legislativa. Votos  
 445 contrários: SME, Ibram, Fiemg, CMI, Faemg e Seinfra. Ausências: Sede,  
 446 Ministério Público e Fetaemg. As justificativas de votos contrários são as  
 447 mesmas registradas no item 7.1, considerando votação em bloco. **7.3)**  
 448 **Companhia Vale do Rio Doce S/A. Vale S/A. Base de armazenamento e**  
 449 **distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de**  
 450 **petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos. Nova**  
 451 **Era/MG. PA 01467/2004/001/2011, AI 49909/2007. Apresentação: Núcleo**  
 452 **de Auto de Infração da FEAM.** Recurso deferido por unanimidade nos  
 453 termos do parecer jurídico da FEAM. Votos favoráveis: Faemg, Seapa,  
 454 Seinfra, Segov, Sedese, PMMG, Ibram, Fiemg, CMI, Ponto Terra, Crea,  
 455 APPA, AMM, Ibama, UFV, SME, Assembleia Legislativa. Ausências: Sede,  
 456 Ministério Público e Fetaemg. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**  
 457 **EXAME DE RECURSO. 8.1) CNH Industrial Brasil Ltda. Fabricação e/ou**  
 458 **montagem e/ou teste de motores de combustão. Sete Lagoas/MG. PA**  
 459 **00333/1997/011/2007. Condicionante nº 2. Classe 5. Apresentação:**  
 460 **Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta com pedido de  
 461 vista da Faemg e vista conjunta solicitada pela Fiemg e o Ibram. O  
 462 conselheiro Adriano Nascimento Manetta, representante da Câmara do  
 463 Mercado Imobiliário, registrou a seguinte solicitação à Supram: “Até para que  
 464 a Supram possa trazer isso pronto na próxima reunião. Eu achei o parecer  
 465 estranho no sentido de que ele discute, de várias maneiras, a possibilidade  
 466 da exigibilidade da compensação, mas não tratou do caso concreto. Ele só  
 467 disse que é possível. Então eu gostaria de saber exatamente qual é o

468 significativo impacto ambiental encontrado em sede de LO, mais esquisito  
469 ainda, renovação de LO, de uma fábrica de motores, para adequação ao  
470 caso concreto.” A solicitação foi corroborada pela conselheira Virgínia  
471 Campos de Oliveira, representante da Sociedade Mineira de Engenheiros:  
472 “Eu também, ao longo da discussão, comecei a ficar confusa com relação a  
473 essa questão de que se trata de uma renovação de Licença de Operação. Eu  
474 queria colocar, alinhada com a fala do conselheiro Adriano, a questão do  
475 caso concreto. Porque quando da instrução de um processo de  
476 licenciamento o órgão ambiental tem a prerrogativa de definir qual  
477 documento técnico que vai subsidiar o processo de licenciamento, ou o  
478 Relatório de Controle Ambiental/Plano de Controle Ambiental ou o EIA/Rima,  
479 no caso de um empreendimento de alto impacto ambiental. Entretanto, na  
480 renovação de licença, existe apenas um documento técnico que é  
481 apresentado, que é o Relatório de Desempenho Ambiental (Rada). Então eu  
482 fiquei bastante confusa com relação a essa questão. Está se discutindo  
483 EIA/Rima ou RCA/PCA ou alto impacto e baixo impacto, quando na verdade  
484 não existe a escolha de algum instrumento técnico para fazer a renovação de  
485 licença. A renovação de licença é sempre feita a partir do Relatório de  
486 Desempenho Ambiental. Então, também no alinhamento com o Adriano, isso  
487 eu acho bastante importante, porque fica se discutindo a legislação quando  
488 na verdade o que está se tratando é o desempenho ambiental do  
489 empreendimento. E nesse caso eu acho que já passou a questão da  
490 discussão se é Relatório de Controle Ambiental, se é EIA/Rima. Nós estamos  
491 em um passo bem mais avançado.” **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo  
492 outros assuntos a serem tratados, o presidente Anderson Silva de Aguiar  
493 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi  
494 lavrada esta ata.

---

### APROVAÇÃO DA ATA

---

Anderson Silva de Aguiar  
Presidente suplente da Câmara Normativa e Recursal